



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 113/ 2020 . mjose

DATA : 2020/11/06	
NIPG : 1913/20	DE : Maria José Costa
REGISTO (DOC.) : 8137/20	PARA : Sr.Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR :	
PROCESSO : ----	ASSUNTO : Projecto de decisão de adjudicação (art. 125º, Código dos Contratos Públicos)- Aquisição de prestação de serviços para a implementação da instalação e configuração de uma solução de WLAN outdoor cumprindo com os requisitos do Wi-Fi 4EU. Adoção de WLAN outdoor para os sites Mercado e Piscinas,

DESPACHO :

Aprovo.
Eduardo Tavares em 13-11-2020

PARECER :

Pode o Srº Presidente aprovar o Projecto de decisão de adjudicação supra
referenciado.
Á consideração superior.

Carla Victor em 09-11-2020

carla

SEGUIMENTO:

TEXTO :

Sobre o assunto mencionado em título, cumpre a este serviço apresentar o projecto de decisão de adjudicação(art. 125º, Código dos Contratos Públicos), que o faz nos seguintes termos:

Decisão de abertura do procedimento por ajuste directo: despacho superior de 17.10.2020.

Entidade convidada a apresentar proposta: através do email datado de 22/10/2020

-Decunify

Período contratual: 3 meses.

Preço base:€ 17.900,00 (dezassete mil e novecentos euros),sem IVA incluído.

Proposta: a entidade convidada apresentou a sua proposta, nos seguintes termos:

-Preço proposto:€ 17.861,70 (dezassete mil oitocentos e sessenta um euros e setenta centimos),que acresce o IVA. Juntou documento conforme Anexo I ao Código dos Contratos Públicos, em que declara que aceita o conteúdo do caderno de encargos, bem como os restantes documentos solicitados no convite.

Nestes termos,

Sendo que o preço proposto pela entidade adjudicatária é inferior ao preço base constante do caderno de encargos, e não havendo necessidade de proceder a negociação porque foi recebida apenas uma proposta, conforme preceitua o art. 125º/2 do Código dos Contratos Públicos;

Estando o proponente habilitado a prestar o serviço acima referido,e tendo a proponente declarado que aceita o conteúdo do caderno de encargos.

Assim, atento o anterior parágrafo, menciona-se que no presente projeto de adjudicação de decisão final, não há lugar a mais formalidades processuais; nomeadamente:

fases de negociação e de audiência prévia, nem elaboração dos relatórios preliminar e final;

acrescenta-se que o concorrente,não foi convidado a melhorar a sua proposta.

Nos termos da cláusula 2.ª do Caderno de Encargos,e de acordo com o n.º1 do artigo 94.ºdo Código dos Contratos Públicos é exigível a redução do contrato a escrito.

Face ao que antecede e se a proposta aqui formulada merecer a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.ºs 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da adjudicação, a qual será acompanhada da "Proposta de decisão de adjudicação".

Mais se informa que, de acordo com o disposto da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro,na sua redação revista e atualizada conjugado com o disposto na alínea a) do artigo n.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, a competência para autorizar a despesa é do Presidente da Câmara Municipal, tendo presente as competências que decorrem da lei no âmbito da autorização de despesa.

Face ao que antecede, submete-se à consideração superior a presente proposta.

Se a mesma merecer aprovação, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 77.º do CCP, à notificação do adjudicatário:

- Decunify;
- Da adjudicação;
- Para apresentação dos documentos de habilitação;
- Para se pronunciar sobre a Minuta de Contrato.

Autorização para a realização da despesa no montante global de, € 17.861,70 (dezassete mil oitocentos e sessenta um euros e setenta centimos),, que acresce o IVA à taxa de 23%, que para o efeito foi atribuída a req. nº 1267/20, compromisso 1211/20, contrato nº 441/20.

CONCLUSÃO :

Propõe-se que seja analisada a presente proposta, de acordo com a informação apresentada, para efeitos de adjudicação; se assim for determinado superiormente nesse sentido

A Técnica Superior:



06-11-2020 M^aJose Costa

Maria José Costa


MINUTA DO CONTRATO

Aquisição de prestação de serviços para a implementação da instalação e configuração de uma solução de WLAN outdoor cumprindo com os requisitos do Wi-Fi 4EU. Adoção de WLAN outdoor para os sites Mercado e Piscinas

Município de Alfândega da Fé, pessoa coletiva número 506 647 498, com sede em Alfândega da Fé, aqui representada pelo Presidente, Eduardo Manuel Dobrões Tavares, com poderes bastante para o efeito, e de ora em diante designada por primeiro outorgante.

Decunify-Soluções de Comunicações S.A, pessoa coletiva número 504 889 893, com sede no Porto, neste ato representado pelo José Manuel de Susa Oliveira, com poderes bastantes para o efeito, adiante designada por segunda outorgante.

CELEBRAM:

Entre si o contrato para “**Aquisição de prestação de serviços para a implementação da instalação e configuração de uma solução de WLAN outdoor cumprindo com os requisitos do Wi-Fi 4EU. Adoção de WLAN outdoor para os sites Mercado e Piscinas**”, ao abrigo do disposto do Código dos Contratos Públicos (CCP - aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro; alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na redação conferida pela Declaração de Retificação n.º 36-A/2017, de 30 de outubro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 42/2017, de 30 de novembro), com a justificação do artº 20/1 d) do CCP e precedido do procedimento de Ajuste direto, o qual se regue pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª
Objeto

O presente contrato tem por objeto principal a **Aquisição de prestação de serviços para a implementação da instalação e configuração de uma solução de WLAN outdoor cumprindo com os requisitos do Wi-Fi 4EU. Adoção de WLAN outdoor para os sites Mercado e Piscinas**, com a observância das especificações constantes do Caderno de encargos e da sua proposta adjudicada.

Cláusula 2ª
Preço contratual

1.A aquisição do serviço objeto do presente contrato, a primeira outorgante pagará à segunda a quantia de €17.861,70 (dezassete mil oitocentos e sessenta um euros e setenta cêntimos), a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

2.O preço referido no número anterior incluiu todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal de Alfândega da Fé.

Cláusula 3ª
Prazo de vigência e execução do contrato

O prazo da aquisição dos serviços a realizar no âmbito do presente contrato é pelo período de 3 (três) meses, conforme definido no caderno de encargos.

Cláusula 4ª**Obrigações da primeira outorgante**

Pela aquisição da prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de encargos, a primeira outorgante deve pagar à segunda outorgante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 5ª**Obrigações da segunda outorgante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a segunda outorgante as seguintes obrigações principais

:a) Os bens deverão ser entregues e instalados no prazo (máximo) de 3 meses, a contar da data da celebração do contrato escrito.

b) O Adjudicatário fica obrigado a fornecer e instalar todo o equipamento, objeto do presente contrato.

c) Deverá ser nomeado um representante para contactar como gestor do contrato, bem como disponibilizado um endereço electrónico para esse efeito.

d) Comunicar antecipadamente ao Município de Alfândega da Fé (enquanto entidade adjudicante) os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato a celebrar.

e) Não alterar as condições da prestação de serviços fora dos casos previstos no Caderno de Encargos.

f) Não ceder, sem prévia autorização do Município de Alfândega da Fé, (enquanto entidade adjudicante) a sua posição contratual.

g) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que os serviços são prestados, bem como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.

h) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação dos serviços, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.

i) Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados.

2. O adjudicatário é responsável perante ao Município de Alfândega da Fé (enquanto entidade adjudicante) por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato a celebrar que existam no momento em que estes lhes sejam prestados.

3. O adjudicatário é responsável por todos os danos ou prejuízos causados à entidade adjudicante e decorrentes de quaisquer erros ou omissões da prestação dos serviços

.4. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, nomeadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos ou outros que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6ª**Objeto do dever de sigilo**

1. A segunda outorgante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à primeira outorgante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direto e exclusivo à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 1 (um) ano a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 8ª

Condições de pagamento

1.As quantias devidas pelo município de Alfândega da Fé, nos termos da Cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 dias, após a receção pelo Município de Alfândega da Fé das respetivas faturas.

2.Para os efeitos no número anterior, a obrigação considera-se vencida com a prestação objeto do contrato.

3.Em caso de discordância por parte do Município de Alfândega da Fé, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

3 Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no nº1, as faturas são pagas através de cheque/transferência bancária.

Cláusula 9ª

Cessão da posição contratual

1.A segunda outorgante não pode ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do presente contrato, sem autorização da entidade adjudicante, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

2. A segunda outorgante não pode ceder ou sub-rogar a terceiros os direitos e obrigações que para ela resultem deste contrato, salvo autorização expressa da entidade privada contratada.

Cláusula 10ª

Resolução por parte da primeira outorgante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previsto na lei, o Município de Alfândega da Fé pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

3. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba ao Município de Alfândega da Fé nos termos gerais de direito.

Clausula 11ª

Documentos contratuais e prevalência

1. Fazem parte integrante do presente contrato, os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos, a proposta adjudicada e os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela segunda outorgante.

2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem que neles se dispõe.

3. Em caso de divergências entre os documentos referidos no nº1 e o clausulado do presente contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato proposto pelo primeiro outorgante e aceites pelo segundo outorgante.

Clausula 12ª

Designação do gestor do contrato

Constituindo uma das suas menções obrigatórias definidas (cf. artigo 96.º/1, alínea i), do Código dos Contratos Públicos designo nos termos do artigo 290-A do Código dos Contratos Públicos, como gestor do contrato Mário Alfredo Figueiredo Cancela, Trabalhador do Município de Alfândega da Fé, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, cabendo-lhe um conjunto de obrigações, e competências conforme inumeradas no próprio preceito aqui identificado, em conjugação com o definido no Caderno de Encargos.

Clausula 13ª

Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. Primeira outorgante obriga-se a respeitar a legislação relativa à proteção da privacidade dos dados pessoais da segunda outorgante, assumindo-se, perante este, como único responsável pelo seu tratamento e guarda.
2. Sempre que o processamento dos dados pessoais for efetuado por entidade terceira, a primeira outorgante, assegura que esta entidade se compromete a respeitar o regime da Lei de Proteção de Dados Pessoais em vigor, nos exatos termos em que ele o faz, designadamente, inibindo-se de os tratar para fim diverso do contrato e de os transmitir a terceiros.
3. É garantido à segunda outorgante o direito de acesso aos dados pessoais que lhe digam diretamente respeito, podendo solicitar a sua correção ou aditamento.
4. Em caso algum a primeira outorgante utilizará dados pessoais da segunda outorgante para outras finalidades que não as relativas unicamente ao objeto do contrato, salvo ocorrendo consentimento expreso, por escrito, deste ou mandato judicial.
5. Para efeito do número anterior, os dados pessoais da segunda outorgante destinam-se unicamente à prestação dos serviços objeto do contrato.

Cláusula 14.ª

Direito e fiscalização

A primeira outorgante assegura, mediante poderes de direção e fiscalização, a funcionalidades da execução do contrato quanto à realização do interesse público visado pelo presente contrato.

Clausula 15.ª

Resolução de conflitos

Os conflitos emergentes do presente contrato serão resolvidos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela.

Cláusula 16.ª

Comunicação e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusulas 17.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Cláusulas 18.^a

Contagens dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Clausula 19.^a

Disposições finais

- 1.O procedimento relativo ao presente contrato foi autorizado por despacho de 17/10/2020 do Presidente da Câmara Municipal.
- 2.A prestação de serviços objeto do presente contrato ,foi adjudicado por despacho de xxxxxxxx, do Presidente da Câmara Municipal.
- 3.A minuta relativa ao presente contrato foi aprovada por despacho xxxxxxxxxxxx.
- 4.O encargo total, com exclusão do IVA, resultante do presente contrato é €17.861,70 (dezassete mil oitocentos e sessenta um euros e setenta cêntimos), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
- 5.O presente contrato será suportado por conta das verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, sob o compromisso.º1211//2020, requisição 1267/2020 e contrato nº 441/2020 do orçamento de 2020.
- 6.Verifica-se o cumprimentado dos requisitos legais impostos pela Leiº8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua redação actual, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas.
- 7.Os pagamentos a efetuar em resultado da execução do presente contrato, obedecerão as normas constantes do regime da administração financeira do Estado (DL 155/92, de 28 de Julho).
- 8.Este contrato foi elaborado em duplicado, sendo um exemplar para cada um dos outorgantes

Depois de a segunda outorgante ter juntado os documentos de habilitação referidos no art. 81º, do Código dos Contratos Públicos, o contrato foi assinado pelos representantes de ambas o outorgante.

Alfândega da Fé, 6 de novembro de 2020.

O Presidente Outorgante,
Eduardo Pavares em 13-11-2020



(Eduardo Manuel Dobrões Tavares)

O Segundo Outorgante

Representante Legal (José Manuel de Sousa Oliveira)